

## **10. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO**

## ÍNDICE

<b>10. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>1</b>
10.1. INSERÇÃO DO LIVRO BRANCO DENTRO DOS PROGRAMAS E POLÍTICAS GLOBAIS .....	1
10.2. OBJECTIVOS GLOBAIS E ESPECÍFICOS.....	4
10.3. OBJECTIVOS E ESTRATEGIAS TERRITORIAIS .....	15

## **10. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO**

### **10.1. INSERÇÃO DO LIVRO BRANCO DENTRO DOS PROGRAMAS E POLÍTICAS GLOBAIS**

Para fazer efectivos os objectivos e acções que se propõem no Livro Branco dos Recursos Naturais de Cabo Delgado é necessário uma gestão global e um esforço de coordenação entre os diversos instrumentos de conservação, planificação e desenvolvimento que se desenvolvem no território de estudo.

No conjunto, do seu aportamento ha consecusão dos objectivos propostos é muito valiosa, tanto nas implicações financeiras como de gestão, e foi tido em conta a hora de desenvolver o presente documento de objectivos e estrategias.

Os principais instrumentos de planificação económica e territorial, assim como os projectos e legislação directamente implicados com o desenvolvimento do presente documento se detalham a continuação:

- Programa Nacional Forestal e de Fauna Salvagem (1995 - 2000). Ministério de Agricultura. DNFFB. 1995.
- GERFFA. Projecto de Maneio dos Recursos de Flora e Fauna Selvagem (1996-2001). Banco de Desenvolvimento Africano. Assistência institucional a la DNFFB, desenvolvimento florestal social e realização de inventários de recursos florestais e planos para estabelecer concessões.
- Programa de Maneio da Reserva de Niassa. Investimentos Niassa lda.
- Plano Nacional de Maneio Ambiental e Implementação de Estratégias. NORAD, Holanda. A partir de 1997. Coordenado com MICOA. Políticas de desenvolvimento

ambiental, manejo de recursos naturais, planificação urbana e regional, manejo de zonas costeiras e educação ambiental.

- Projecto de Conservação e Maneio da Biodiversidade Marina e Costeira. GEF (Global Environmental Facility). Desde 1997. Projecto em fase de formalização. Impacto Consultants. John hatton. Maputo.
- Plano Director Nacional (Maestre Plan) para o desenvolvimento do turismo em Moçambique.
- Plano Estratégico de Moçambique (zona IV).
- Programa Rodoviario Nacional (1994 - 1999).
- Critérios de selecção e categorias de conservação estabelecidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UNCIÓ).
- HELVETAS. Desenvolvimento de programas agroflorestais, créditos rurais, abastecimento de água.
- Cooperação Italiana, ACABA. Desenvolvimento de infraestructura de abastecimento de água.
- Políticas e estrategias para a Fauna e Flora Selvagem (1997), Lei Florestal (1965). DNFFB.
- Lei da Terra.
- Lei Ambiental.
- Leis Municipais.

Finalmente, aparece um conjunto de projectos actualmente em desenvolvimento, cujos objectivos, metodologia ou experiências e resultados obtidos se aproximam em grande medida as acções plantadas no Livro Branco e que podem ser de interesse a hora de desenvolver determinadas actuações:

- ICRAF (Malawi). Desenvolvimento de sistemas agro-florestais sustentáveis.
- Projecto de Conservação e Maneio dos Recursos de Vale de Zambeze. CIDA 1997-2000. Implementado pelo escritórios de UICM de Moçambique e outros (DNFFB). Inventário, monitoria e avaliação. Assistência técnica as comunidades rurais.
- Manejo Comunitário de Recursos Florestais no Distrito de Matatuine (Maputo). 1996-1997. World Bank. Implementado por Departamento de Engenharia Florestal: inventário florestal, gestão florestal que implique a redução do impacto negativo da recolção da madeira para uso energético, aumento da eficiência na conversão de biomassa e estudo de mercado de productos florestais.
- Programa de investigação e desenvolvimento sustentável na província de Niassa. CIDA. 1997-1999. Estudo de usos de solo, inventários de recursos naturais e desenvolvimento agrícola para assistir iniciativas de desenvolvimento na província.
- Programa de Conservação del arquipélago de Bazaruto. União Europeia. 1989-1997.
- Criação de uma Rede e Planificação Integrada no Recurso dos recursos naturais (COMRES). UNDP. 1997-1998.

## **10.2. OBJECTIVOS GLOBAIS E ESPECÍFICOS**

Na fase de diagnóstico, foi posto de manifesto a problemática existente enquanto o aproveitamento e gestão dos recursos naturais da provincia. Partindo de dito diagnóstico, onde se definam as principais limitações e potencialidades de meio, se enunciam os objectivos gerais de desenvolvimento.

O objectivo final do Livro Branco dos Recursos Naturais de Cabo Delgado é fomentar e contribuir a um desenvolvimento sustentável da região, em base a riqueza em recursos naturais, ecologia e paisagem que apresenta esta provincia. Em definitiva o que se pretende é a optimização do uso dos recursos naturais disponíveis para dar o impulso que cada sector de actividade requiere.

Deste objectivo final se obterá com a consecução de seis objectivos globais:

- a) Melhorar as infraestructuras de comunicações
- b) Melhorar as infraestructuras turísticas
- c) Conservar as áreas de maior valor ecológico da provincia a través da criação de uma Rede de Zonas Naturais de Protecção e a realização de estudos e acções pontuais.
- d) Alcançar uma gestão racional e sustentável dos recursos naturais
- e) Potenciar a capacidade productiva e aumentar o valor acrescentado da produção obtida
- f) Melhorar as condições de qualidade de vida da população

Finalmente, os objectivos globais apresentados anteriormente articulam- a través de um conjunto de objectivos específicos dos que emanam as acções que agrupam as distintas soluções concretas.

A posta em andamento das acções plantadas tenderá como ponto de partida o Gabinete Técnico de Apoio de Livro Branco, que desde dentro do Governo de Cabo Delgado, se constituirá como o órgão gestor, capaz de impulsar as acções propostas, desde a búsqueda de financiamento, a identificação final de agentes executores, tanto governamentais como não governamentais, até a coordenação das acções, assessoramento técnico e control e seguimento na gestão e nos objectivos a alcançar.

Conjuntamente as funções descritas anteriormente, o Gabinete Técnico de Apoio ao Livro Branco se encargará prioritariamente de:

- Gestão global no desenvolvimento das acções.
- Realizar os contactos necesarios com agentes e entidades privadas capazes de por em andamento e executar as acções.
- Búsqueda de financiación para la realización de las acciones.
- Seguimento e Avaliação das acções
- Desenvolvimento de actividades paralelas de cara a promoção da província
- Centralización de toda la información referente a los recursos de la provincia.
- Informar dos projectos propostos de obras e trabalhos que se pretende realizar pelas diferentes administrações e que não estejam contidos nos diferentes planos anuais de trabalho.

A continuação describe-se os objectivos globais, sua génesis apartir dos problemas e potencialidades detectados e sua expressão através dos objectivos específicos.

**a) Melhorar as infraestructuras de comunicações**

Pretende-se actuar fundamentalmente sobre os problemas detectados de insuficiência e deficiente estado de conservação da infraestructura de comunicações na província, que tem como consequência uma diminuição da qualidade de vida, constituindo uma das maiores limitaciones al desarrollo de cualquier actividad socioeconómica (turística, forestal, mineira, etc.)

Dicho objetivo global se traduce en un conjunto de objetivos específicos encaminados fundamentalmente a:

- Melhoria das infraestructuras viárias, especialmente aquelas deficiências detectadas que se considera prioritário solucionar para o desenvolvimento das actividades turísticas e mineiras.
- Melhora e desenvolvimento de infraestructuras portuárias: melhoria dos portos de Pemba e Mocímboa da Praia, criação de pequenas infraestructuras de atraque (marinas), com um dobro objectivo de uso turístico e pesqueiro.
- Melhoria da infraestructura aeroportuaria: aeroporto de Pemba e outros aeródromos e
- Melhoria dos sistemas de infraestructuras de telecomunicações.

**b) Melhorar as infraestructuras turísticas**

Pretende-se actuar básicamente sobre um conjunto de infraestructuras mínimas, comunicações, abastecimento de água, alojamento, etc. necessárias para o desenvolvimento de uma actividade turística que se constituia como principal motor de desenvolvimento da província. Os objetivos específicos se encaminham fundamentalmente até:

- Melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de saneamento e drenagem em localidades turísticas.

- Criação e melhoria da infraestrutura hoteleira e de restauração
  - Ordenação urbanística e melhoria da infraestrutura e dotações da cidade de Pemba
  - Formação especializada para o sector turístico
- c) **Conservar as áreas de maior valor ecológico da província através da criação de uma Rede de Zonas Naturais de Protecção e a realização de estudos e acções pontuais.**

A província de Cabo Delgado apresenta uma elevada riqueza natural quanto a fauna e flora se refere, com importantes lagoas no seu conhecimento, o que se traduz numa inexistência total de figuras de protecção de áreas ou espaços naturais. De forma genérica pode-se dizer que o território estudado apresenta uma grande diversidade natural, embora que com escassa densidade em seus efectivos, populações quanto a fauna se refere. A flora foi mantido um processo de recuperação durante as três últimas décadas, motivada fundamentalmente pelo abandono do território devido as condições de insegurança existente durante a guerra. Sem dúvida, nos últimos anos está se produzindo um fenómeno de recolonização das áreas interiores da província, o que coadjuva um incremento da actividade agrária tradicional e da utilização dos recursos florestais não maderáveis, que pode constituir o primeiro passo para uma degradação irreversível dos sistemas naturais de maior validade.

A conservação das áreas de maior representatividade e valor ecológico da província, através de uma Rede de Zonas Naturais de Protecção, que estabeleça políticas de gestão e aproveitamento racional de seus recursos, constitui, pois, um dos eixos fundamentais na política de desenvolvimento que os Governos Nacional e Provincial de Cabo Delgado, deveriam acometer a curto, médio e longo prazo.

Os objectivos de conservação, gestão e exploração que se plantam com o estabelecimento de uma Rede de Zonas Naturais de Protecção, com o apoio de acções pontuais no resto do território, se inserem dentro da política que estabelece a Direcção de Flora e Fauna Selvagem e, especialmente, com o estabelecido no documento de

Políticas e Estratégias de Flora e Fauna Selvagem, aprobado por el Gobierno en el año 1997, base sobre la que se desenvolve o Programa de Inversões no Sector de Flora e Fauna Selvagem (PROAGRI) (1998 - 2002).

A hora de identificar e asignar categorías de protecção ambiental o território estudado foi tido em conta, fundamentalmente:

- A identificação das áreas de maior interesse florístico e faunístico realizada nas fases anteriores do Livro Branco dos Recursos Naturais da Província de Cabo Delgado (sectores de Vegetação e Recursos Florestais e Fauna e Recursos Cinegéticos).
- Lei sobre o uso e aproveitamento da terra, na que se asigna as categorias de Zonas Totais de Protecção.
- Categorias de Conservação e Uso do Território asignadas no Programa de Flora e Fauna Selvagem (PROAGRI).
- Critérios de selecção e categorias de conservação estabelecidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)

Na fase de Inventariado e Diagnóstico dos Recursos Naturais de Cabo Delgado se determinou o valor ecológico do território, assim como sua potencialidade florestal, cinegética e paisagística.

A Lei sobre o uso e aproveitamento da terra estabelece (capítulo X, artículo 40) as distintas categorías de Zonas de Protecção Total: Parque Nacional, Reserva Natural Integral, Reserva Condicionada e Reserva Especial, assim como a necessidade de elaborar planos gerais para a protecção da natureza e medidas de indemnização (capítulo X, artículo 41). Os objectivos e usos do solo permitidos, define-se para cada categoria da seguinte maneira (capítulo I, artículo I):

- Parque Nacional: Zonas de Protecção Total, sujeitas a direcção e gestão pública, reservadas para a propagação, protecção e conservação da vegetação e vida animal

selvagem (.). Encontra-se proibido caçar, abater ou capturar animais, destruir ou colher plantas, excepto para os requisitos de gestão da autoridade responsável.

- Reserva Natural Integral: Zonas de Protecção Total, sujeitas a direcção e gestão pública, nas quais se encontra exstrictamente proibido caçar, pescar, realizar qualquer exploração florestal, agrícola ou mineira, assim como qualquer actividade destinada a modificar as características iniciais do meio natural.
- Reserva Condicionada: Zonas de Protecção Total onde se estabelece a proibição de caçar, abater e capturar animais ou colher plantas, excepto para fins científicos, mediante licença especial.
- Reserva Especial: Zonas de Protecção Total destinada a proteger somente determinadas espécies de flora e fauna.

Por outro lado, a União Internacional para a Natureza estabelece os seguintes critérios de selecção de áreas protegidas (adaptados de Ratcliffe):

Tamanho: O valor de conservação de uma área em função de seu tamanho. Em princípio o espaço a proteger deve ter uma tala e forma suficiente para manter por inteiro unidades ecológicas ou populações viáveis de fauna e flora.

Riqueza e diversidade. A riqueza e diversidade de espécies está normalmente ligada a diversidade de um habitat. A presença de gradientes ecológicos (catenas, ecotones, zonas de transição altitudinal, etc.) é importante dada a variedade de comunidades que sustenta.

Naturalidade. Ficam poucos lugares no mundo onde a presença humana não foi exercido uma modificação. Diestas áreas ou, aquelas susceptíveis de ser restauradas, são especialmente valiosas.

Rareza. Um dos máximos objectivos das áreas protegidas é a conservação de espécies e comunidades raras ou em perigo de extinção. A rareza de uma espécie pode encontrar-se relacionada com a necessidade de habitats extremadamente especializados

ou por influência direta (recollecção, etc.) ou indireita (destruição de habitats, etc.) da acção humana.

Unicidade. Uma área pode ser única devido a que o bioma que representa não se encontra representado no sistema de áreas protegidas ou bem porque contém processos naturais muito particulares.

Representatividade. Áreas representativas de um habitat ou unidade biogeográfica determinada.

Fragilidade. Habitats, espécies ou comunidades que apresentam uma elevada sensibilidade os câmbios ambientais. A fragilidade encontra-se a miudo associada a rareza.

Conservação genética. Riqueza e diversidade refletem a miudo uma diversidade genética. Quando desta diversidade manifesta-se em casos especiais, como por exemplo variedades de plantas selvagens e animais domesticos, deverá ter-se em conta a hora de sua selecção como área a proteger.

Existência de dados históricos. Foi estudada uma área monitorada durante um longo periodo de tempo, tem um valor especial como área objectivo de estudo.

Posição dentro de uma unidade ecológica / geográfica. Uma área que incluye um número importante de áreas simples de importância quanto a formação, comunidades, espécies, tem maior valor que aquelas que representam uma só unidade.

Indispensabilidade. Uma área pode precisar um grau de conservação devido a que incluye ou protege uma bacia de captação de água vital para manter a elevada biodiversidade de um ecossistema (sistemas lacustres que serve como habitats temporais de avifauna).

Valor potencial. Áreas de um elevado valor ecológico que sofreu um impacto ou deterioro importante, mas que são susceptíveis de restauração com um manejo adequado, pode ser susceptíveis de protecção quando não existe exemplos de habitats similares.

Atractivo turístico intrínseco. Que proporcione oportunidades de recreio. Pássaros e grandes mamíferos apresentam um maior atractivo de recreio que invertebrados, por exemplo.

Paisagens modificados que aumentam seu valor biológico. Território sobre os que foram desenvolvidos um particular (tradicional) uso do solo.

Oportunidade para a conservação. O clima sociopolítico é altamente relevante na determinação das prioridades de conservação.

Igualmente, estabelece um conjunto de categorias de protecção em função dos objectivos principais preseguidos: Reserva Natural Estricta, Área Natural Silvestre, Parque Nacional, Monumento Natural, Área de Maneio de Habitats e Espécies, Paisagem Terrestre e Marino Protegido e Área Protegida com Recursos Manejados.

Finalmente, o Programa Forestal e de Fauna Selvagem (DNFFB), que pretende desenvolver as Políticas e Estratégias de Flora e Fauna Selvagem, estabelece uma asignação de actividades em função das categorias estabelecidas para o território, segundo seja este protegido ou não.

Atendo os critérios mencionados, foram propostas quatro zonas de protecção onde se considera necessário estabelecer de forma prioritária políticas de conservação do meio natural. Igualmente, se estabelecem várias zonas onde, se bem não se considera oportuno definir categorias de protecção, considera-se necessário promover acções pontuais de estudo, protecção e compatibilização dos recursos naturais, especialmente faunísticos e pesqueiros, com a população e as actividades socioeconómicas existentes.

Finalmente, um dos capítulos mais importantes a hora de desenvolver o presente objectivo de conservação vem dado pela necessidade de estabelecer e desenvolver mecanismos de control para a conservação dos recursos forestal e faunístico, através de corpos de vigilância e gestão especializada.

**d) Alcançar uma gestão racional e sustentável dos recursos naturais**

Propoe-se com o presente objectivo global a adequação dos usos agroflorestais - actuais e potenciais - a vocação que apresenta o território, em particular até um uso adequado de água e de solo, de forma que permita a manutenção das actividades productivas de uma forma sustentável.

Para isso propoe-se duas linhas de trabalho com dois objectivos claramente orientados:

- Obter o conhecimento suficiente através dos estudos necessários para a adequada ordenação e planificação dos recursos naturais existentes, que defina as orientações técnicas necessárias para sua exploração racional
- Favorecer e fomentar aquelas actividades económicas - agrárias, florestais e cinegéticas - que dentro da orientação de sustentabilidade ambiental e económica, seja capazes de gerar uma renda económica e aumentar a calidad de vida da população. O carácter demonstrativo e formativo que possam transmitir algumas de ditas acções (explotaciones piloto, cooperativismo, actividades alternativas, etc.,) constituirá un factor importante a la hora de lograr la adopción de pautas de comportamiento por parte de la población que posibiliten un desarrollo sostenible acorde con el mantenimiento de los sistemas naturales.

As pautas de gestão e exploração que se plantam com este objectivo global se insertam dentro da política que estabelece a Direcção de Floresta e Fauna Bravia e, especialmente, com o estabelecido no documento de Políticas e Estrategias de Flora e

Fauna Bravia, aprovado pelo Governo no ano 1997, base sobre a que se desenvolve o Programa de Inversões no Sector de Floresta e Fauna Bravia (PROAGRI) (1998 - 2002), cujos objectivos fundamentais são:

Objectivos institucionais: a) reforçar a organização e capacidade operativa da administração provincial em conformidade com os requisitos necessários para levar a cabo o processo de descentralização e traspaso de competencias no manejo dos recursos naturais; b) reforçar a formação profissional de pessoal da administração.

Objectivos económicos: aproveitar o potencial dos recursos de fauna e flora no desenvolvimento económico, satisfazendo as necessidades da população em productos florestais e animais e gerando um retorno de ingressos a administração.

Objectivos ecológicos: potenciar o uso e a conservação dos recursos florestais e cinegéticos com o objectivo de contribuir o desenvolvimento sustentável, orientando o manejo do recurso florestal a manutenção dos recursos hídricos e edáficos, a biodiversidade e todos aqueles benefícios ambientais possíveis.

Objectivo social: utilização dos recursos florestais e cinegéticos como factor de diminuição da pobreza, implicando e responsabilizando a população local no manejo e conservação de ditos recursos.

**e) Potenciar a capacidade productiva e aumentar o valor aumento da produção obtida**

Se potenciará o aproveitamento dos recursos existentes com uma potencialidade de desenvolvimento contestada, assim como novos recursos não utilizados tradicionalmente na província, com especial interesse no desenvolvimento de um turismo de natureza. Igualmente se incrementará o valor aumentado da produção gerada na zona, especialmente a florestal e a mineiral, mediante o fomento das actividades de transformação de matérias primas obtidas dentro do território de Cabo

Delgado, o associacionismo no processo productivo e a optimização e adequação dos processos de transformação as realidades e potencialidades existentes no território.

Deste objectivo global traduz-se num conjunto de objectivos específicos encaminhados fundamentalmente a:

- Melhoria de conhecimento dos recursos hídricos e das infraestructuras de abastecimento hídrico necessárias para e posta em marcha de actividades socioeconómicas (explorações agrícolas, mineiras, cinegéticas, etc.).
- Melhoria do conhecimento dos recursos mineiros e das infraestructuras necessárias para a posta em andamento de explorações mineiras.
- Melhoria de conhecimento e ordenação dos recursos agro-florestais, pesqueiros e cinegéticos
- Fomento da exploração de recursos agro-florestais, pesqueiros e cinegéticos não tradicionais (madeiras de qualidade não comercializadas, espécies pesqueiras, etc.).
- Aumento da transformação primaria dos recursos florestais, cinegéticos e mineiros.
- Aumento da oferta e a demanda turística
- Fomento de actividades turísticas alternativas de natureza

**f) Melhorar as condições de qualidade de vida da população**

O Livro Branco não se planta como um programa de desenvolve concebido tipicamente como tal, se bem o conjunto das acções que no aparecem se encaminham finalmente até um objectivo último de melhoria das condições de vida da população (utilização dos recursos florestais e cinegéticos como factor de diminuição da pobreza, etc.). Não obstante, desenvolvem-se um conjunto de acções encaminhadas directamente a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente no que concerne o recurso hídrico. Os objectivos específicos neste sentido se encaminha fundamentalmente até:

- Melhoria da infraestructura de abastecimento e saneamento de água
- Melhoria da infraestructura sanitária

- Melhoria dos sistemas de transporte públicos

### **10.3. OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS**

O planteamento com o que se aborda o estabelecimento de estratégias e objectivos territoriais se desprende directamente da forma de análises até agora levada. Foi analisada a situação actual dos recursos naturais de Cabo Delgado para estabelecer que aspectos podem servir de motor ao desenvolver em primeiro lugar, a continuação foi zonificado o conjunto territorial, utilizando para diferentes pontos de vista, para assim pode estabelecer uma diversidade de elementos motores, adaptados a cada uma das zonas, de modo que se produza mesmo assim uma diversificação de “centros de desenvolvimento” e de elementos. Finalmente foi avaliado os problemas que apresenta a situação actual para que se produza o desenvolvimento desde cada um dos pontos de vista considerados. A partir daqui surgem naturalmente os programas que podem ser abordados, que não são outros que aqueles que permita superar a problemática actual, sem por em questão a subsistência de médio natural.

Como consequência, o objectivo final das acções pode expressar-se como a consecução de um desenvolvimento armónico desde o ponto de vista territorial, adaptado o meio, com pontos ou zonas de actuação distribuídas territorialmente e que permita a utilização e o aproveitamento dos recursos naturais existentes em benefício da colectividade e sem por em perigo a supervivencia do próprio meio natural ou, de maneira mais exigente, integrando a exploração naturalmente no meio.

A um nível inferior, os objectivos específicos surgem também de forma directa de processo seguido, uma vez avaliado o médio em todo o território de forma genérica trata-se de promover o desenvolvimento das diferentes zonas em que foi dividido o território a partir de um elemento inicial que sirva de arraste para o desenvolvimento do mesmo elemento em outras zonas em que seja possível e de outros elementos na mesma

zona. A alternativa de um planeamento geral e global extendido a todo o território é claramente inviável dada a ausência actual de recursos económico-financeiros suficientes, sendo preciso incluso estabelecer uma ordem de prioridades entre elementos base de desenvolvimento e, conseqüentemente, entre zonas.

A anterior maneira de abordar o problema não deve conduzir de nenhuma maneira a rigurosa especialização completa das zonas em que foi dividido o território se não que deve entender-se, como foi indicado, como a aposta por alguma possibilidade em cada zona que sirva como elemento dinamizador de toda a zona e de todos os recursos, de modo que os programas que se plantam cubrem realmente todo o conjunto territorial de Cabo Delgado, se bem como ponto de partida localizam-se em algum ponto ou zona.

Deve assinalar-se que, obviamente e como consequência de plantamento de trabalho, não se incluem aqui alguns aspectos que são indubidmente essenciais para a consecução de bem-estar social mas que não guardam relação directa com os recursos naturais. Exemplos claros dos aspectos anteriores o constituem os relacionados com a sanidade ou a educação, que não son tratados aquí más que cuando tienen relación directa con el aproveitamento de algum dos recursos e não como elementos a desenvolvimento em si mesmos.

Como consequência de todo o exposto, os objectivos directos que se planta conseguir são os seguintes:

1. Desenvolvimento de turismo mediante aproveitamento dos recursos da zona I.
2. Desenvolvimento do sector pesqueiro mediante sua potenciação na zona II.
3. Desenvolvimento de aproveitamento dos recursos faunísticos na zona III, ligados ao sector turístico e agropecuario.
4. Potenciação de desenvolvimento agrícola, centrado na zona IV.
5. Desenvolvimento de aproveitamento florestal, centrado na zona V.

6. Desenvolvimento do sector mineiro, a partir da exploração de grafito na zona VI.
7. Desenvolvimento do sector mineiro, a partir da exploração de rochas industriais, na zona VII.
8. Desenvolvimento de aproveitamento de recursos faunísticos, ligado a turismo e ao sector agro-pecuario, na zona VIII.

Aos objectivos anteriores devem aumentar-se outros dois que se referem a conservação dos recursos (desenvolvimento sustentável), e que além de estar presente em todos os restantes objetivos gera acções concretas, e a estruturação territorial, ligado a consideração da província como um todo com interesses e destinos comuns:

9. Conservação e protecção geral de médio natural.
10. Estruturação territorial.

Por fim, é preciso considerar um último objectivo relacionado com a disponibilidade de um recurso essencial de consumo directo, como é a água.

11. Aumento da disponibilidade de água para seu uso pela população.

A asignação dos usos de solo em função das zonas definidas anteriormente e da orientação productiva asignada a cada uma, orienta-se dentro da política estabelecida no Programa Nacional Florestal e de Fauna Selvagem da DNFFB enquanto a categorias de território refere-se para o análises e manejo dos recursos naturais e o estabelecimento de actividades a desenvolver. Destas categorias e sua orientação productiva detalha-se no seguinte quadro:

<b>CATEGORIA</b>	<b>ACTIVIDADE PRINCIPAL</b>	<b>ACTIVIDADES SECUNDÁRIAS</b>
<b>ÁREAS PROTEGIDAS</b>		
Parque Nacional	Eco – turismo	Comércio de produtos derivados da gestão de parque, utilização de subsistencia.
Reserva de Caça	Eco-turismo	Comércio de produtos derivados da gestão da reserva, caça desportiva (*), utilização de subsistência
Parque / Reserva Marítima	Turismo de praia	Comércio de produtos marinos baixo uma exploração sustentável, utilização de subsistência
Área / coto de caça	Caça desportiva	Comércio de produtos derivados da gestão, eco-turismo, utilização de subsistência
Reserva florestal	Uns não comerciais	Aproveitamento de subsistência de acordo aos objectivos principais da reserva
<b>SEM CATEGORIA DE PROTECÇÃO</b>		
Concessões florestais	Produção comercial de madeira	Utilización de subsistencia
Áreas de manejo de flora e fauna selvagem	Caça e/ou aproveitamento florestal	Comercio de productos derivados de la gestión, eco-turismo, utilización de subsistencia
Áreas de Manejo de Costas	Turismo de Praia	Comercio de produtos marinos, utilização de subsistência
Áreas de recolecção de madeira	Recolecção de madeira para combustível	Outros usos comerciais ou de subsistência

As cinco primeiras categorias correspondem a zonas geográficamente puntuais - áreas naturais protegidas - onde a gestão de território tem uma orientação muito específica, encaminhando-se até a conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, fundamentalmente florístico e faunístico, coincidindo fundamentalmente com as zonas 2, 3 e 8 definidas no Livro Branco.

A orientação produtiva do território sem categoria de protecção se corresponde basicamente com a definida na zonificação estabelecida no Livro Branco. Assim, as áreas definidas como concessão florestal (tipos LF1 - LF3 de mapa florestal de Saket) coincidem com a zona V, as Áreas de Manejo de Costas com as zonas II e III, etc.